



# **Demandas Sociais do Brasil Contemporâneo**

**Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)**



**Atena**  
Editora  
Ano 2021



# **Demandas Sociais do Brasil Contemporâneo**

Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora

Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abraão Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secconal Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



## Demandas sociais do Brasil Contemporâneo

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Luiza Alves Batista  
**Correção:** Flávia Roberta Barão  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Thaislayne Nunes de Oliveira

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D371 Demandas sociais do Brasil contemporâneo / Organizadora  
Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa - PR:  
Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-757-4

DOI 10.22533/at.ed.574212701

1. Organização social e política. 2. Demandas sociais.  
3. Brasil. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de (Organizadora). II.  
Título.

CDD 320.40981

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

Caro leitor, a coletânea “Demandas Sociais no Brasil Contemporâneo” reúne uma pluralidade de discussões presentes na atual conjuntura brasileira. O exemplar aborda os seguintes temas centrais: a pandemia COVID19, desigualdade ambiental fruto dos resíduos sólidos, as vulnerabilidades das pessoas em situação de rua, a irrigação que não alcançou regionalmente a todos, as experiências de uma comunidade baixa renda, a discussão sobre a violência, a análise da masculinidade no contexto escolar e ainda temos a possibilidade conhecer a supervisão acadêmica no Serviço Social (na Argentina).

O livro foi estruturado em nove capítulos, com abordagens que suscitam a importância de considerarmos as diferentes e complexas problemáticas enfrentadas pelo Brasil na contemporaneidade.

O capítulo 1 apresenta a discussão acerca da proteção social emergencial diante da pandemia COVID19 e foi elucidado a partir do Estado do Amazonas. Este texto é extremamente atual e sua discussão é pertinente para o cenário brasileiro e mundial.

O capítulo 2 expõe um estudo de caso sobre os resíduos sólidos e a situação de Belém do Pará. O autor refere os resíduos como um problema social, bem como aumento da desigualdade ambiental e a deterioração das condições da vida urbana regional.

O capítulo 3 discorre sobre a vulnerabilidade e a bioética, sobretudo refletindo o conceito de vulnerabilidade acerca das pessoas em situação de rua.

O capítulo 4 exhibe a discussão sobre o esvaziamento das áreas de sequeiro no município de Petrolina, em Pernambuco. A análise tem como recorte temporal a implantação dos Projetos Públicos de Irrigação, sendo identificada a distância das comunidades sequeiras para os locais com irrigação, esvaziamento da comunidade e posterior mudança (local) no estrato social.

O capítulo 5 priorizou a discussão sobre a promoção da saúde direcionada às pessoas em situação de rua. Em especial a discussão acerca dos direitos garantidos, ou melhor, o direito a ter direito. Experiência com lócus na cidade de Manaus.

O capítulo 6 oferece elementos sociohistóricos sobre a comunidade baixa renda em Aracajú, Sergipe. Apresenta a história local da cidade a partir da reflexão sobre os determinantes históricos e culturais presentes. Trata-se de estudo a partir da memória dos próprios moradores e tem como metodologia a análise do discurso.

O capítulo 7 abordou a violência como tema central. Os autores apontam a violência como grave problema em saúde pública, sobretudo com abordagem para as crianças devido à compreensível vulnerabilidade. O estudo de caso foi realizado no Espírito Santo e priorizou uma das tipificações da violência, a tortura.

O capítulo 8 aborda o combate à masculinidade tóxica no espaço escolar. É um texto que trabalha com a pluralidade do espaço escolar e pondera a necessidade da discussão

da diversidade. O trabalho é resultado de um estudo local realizado no Mato Grosso, que visa abordar discussões contemporâneas e ratificar a importância do espaço escolar como enfrentamento a violência.

O capítulo 9 proporciona a discussão sobre supervisão acadêmica em Serviço Social. O estudo apresenta a análise realizada durante uma das disciplinas (teórico prática) oferecidas pelo curso de Serviço Social, a partir da experiência em uma universidade (na Argentina).

Como foi possível perceber, existe uma gama variada presente neste livro. Tanto no que se refere aos tipos de discussões realizadas pelos autores, como ainda das diferentes experiências locais, de diferentes regiões do Brasil. Logo, trata-se de uma leitura primordial, que certamente contribui efetivamente como referencial teórico contemporâneo.

Thaislayne Nunes de Oliveira

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

PROTEÇÃO SOCIAL EMERGENCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO ESTADO DO AMAZONAS

Dayana Cury Rolim

**DOI 10.22533/at.ed.5742127011**

### **CAPÍTULO 2..... 13**

SOCIEDADE, MOVIMENTO SOCIAL E A QUESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto

Suelen Reis da Conceição

Fabrcio Tavares de Moraes

**DOI 10.22533/at.ed.5742127012**

### **CAPÍTULO 3..... 26**

VULNERABILIDADE E BIOÉTICA

Jorge Tarachuque

**DOI 10.22533/at.ed.5742127013**

### **CAPÍTULO 4..... 32**

CURRAL QUEIMADO UM RETRATO DO ESVAZIAMENTO DAS ÁREAS DE SEQUEIRO DO MUNICÍPIO DE PETROLINA (PE)

Elijalma Augusto Beserra

Maria Helena Maia e Souza

Maria Augusta Maia e Souza Beserra

**DOI 10.22533/at.ed.5742127014**

### **CAPÍTULO 5..... 46**

ENTRE O DIREITO A TER DIREITOS E A PROMOÇÃO DA SAÚDE À POPULAÇÃO DE RUA

Rosiane Pinheiro Palheta

Jacqueline Cavalcanti Lima

Raquel Lira de Oliveira Targino

Maria de Nazaré Feitosa

Hudson André Arouca Cauper

Lúcia Helena de Araújo Jorge

Samuel Monteiro do Nascimento Barbosa

Cassiano Alencar de Vasconcelos Dias Jimenez

Alex Araújo Rodrigues

Evelyn Fernanda de Oliveira, Santoro

Lucélia Regina Pacheco de Araújo

Larissa Carvalho Dahmer

**DOI 10.22533/at.ed.5742127015**

### **CAPÍTULO 6..... 65**

ESTUDO HISTÓRICO DE UM CONJUNTO HABITACIONAL POPULAR A PARTIR DAS

## MEMÓRIAS DOS MORADORES

Elza Francisca Corrêa Cunha  
Neilson Santos Meneses  
Carmelita Rikelly Santos de Souza  
Isabela dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.5742127016**

## **CAPÍTULO 7..... 78**

### **TORTURA NA INFÂNCIA: ANÁLISE DOS CASOS NOTIFICADOS NO ESPÍRITO SANTO**

Franciéle Marabotti Costa Leite  
Márcia Regina de Oliveira Pedroso  
Letícia Peisino Buleriano  
Luíza Eduarda Portes Ribeiro  
Fábio Lúcio Tavares  
Edleusa Gomes Ferreira Cupertino  
Odelle Mourão Alves

**DOI 10.22533/at.ed.5742127017**

## **CAPÍTULO 8..... 90**

### **CAMINHOS PARA COMBATER A MASCULINIDADE TÓXICA NO ESPAÇO ESCOLAR**

Kaique Alves de Sousa  
Evilen Godoi  
Maria Aparecida da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.5742127018**

## **CAPÍTULO 9..... 99**

### **NOTAS PARA SUPERVISÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL**

Mariana Hasen

**DOI 10.22533/at.ed.5742127019**

## **SOBRE A ORGANIZADORA..... 110**

## **ÍNDICE REMISSIVO..... 111**

# CAPÍTULO 2

## SOCIEDADE, MOVIMENTO SOCIAL E A QUESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Data de aceite: 01/02/2021

Data de submissão: 06/01/2021

### Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto

Universidade Federal do Pará  
Belém – Pará

<http://lattes.cnpq.br/9872938064820413>

### Suelen Reis da Conceição

Universidade Federal do Pará  
Belém – Pará

<http://lattes.cnpq.br/9607118806507903>

### Fabrcio Tavares de Moraes

Universidade Federal do Pará  
Belém – Pará

<http://lattes.cnpq.br/8380349520681030> <https://orcid.org/0000-0003-0973-3027>

**RESUMO:** Um movimento popular no município de Marituba, na Região Metropolitana de Belém (PA), reivindica a retirada de um aterro sanitário que funciona nos moldes de um lixão. Diante disso, o tema dos resíduos sólidos torna-se um problema social, porque não efetiva a coleta, tratamento e destinação ambientalmente viável. Este trabalho faz uma análise do movimento Fórum Permanente Fora Lixão. O estudo faz uso de uma abordagem qualitativa seguindo os procedimentos de entrevista, documental e pesquisa bibliográfica. O resultado é o aumento da desigualdade ambiental e a deterioração das condições da vida urbana regional. Nessa lógica, as populações urbanas, dos lugares de

moradia popular, são relegados ao abandono e a marginalização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ação Coletiva, Marituba, Movimentos Sociais, Lugar.

### SOCIETY, SOCIAL MOVEMENT AND THE ISSUE OF SOLID WASTE

**ABSTRACT:** A popular movement in the municipality of Marituba, in the Metropolitan Region of Belém (PA), claims the removal of a sanitary landfill that functions like a dump. Therefore, the theme of solid waste becomes a social problem, because it does not effectively collect, treat and dispose of it in an environmentally viable manner. This paper analyzes the movement of the Permanent Forum Fora Lixão. The study uses a qualitative approach following the interview, documentary and bibliographic research procedures. The result is an increase in environmental inequality and a deterioration in the conditions of regional urban life. In this logic, urban populations, from places of popular housing, are relegated to abandonment and marginalization.

**KEYWORDS:** Collective Action, Marituba, Social Movements, Place.

## 1 | INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais urbanos emergem em um quadro cultural, político e econômico marcado pelo neoliberalismo, que impõe aos serviços e espaços públicos a lógica da mercantilização e do lucro, anulando aquilo

que em outro momento foi construído enquanto direitos de cidadania. Durante as décadas de 1960 e 1990, foi expressiva a mobilização contra a ausência de ações que garantissem o acesso a direitos básicos – como moradia, transporte e educação, expressividade esta que culminou na institucionalização da questão urbana, viabilizada pelo Estatuto da Cidade em 2001<sup>1</sup>. Em Marituba, no entanto, a precarização das condições de vida vai além da ausência desses direitos básicos, dado que o mau cheiro e as doenças provenientes do lixo tornam o ar irrespirável e a vida insustentável, situação que desumaniza a população desta cidade-dormitório da Região Metropolitana de Belém, onde 77,2% da população habita aglomerados subnormais, a maior proporção do país, segundo o Censo 2010 do IBGE. Atuando nessa “zona do não-ser”, de que pontua Frantz Fanon (1968), o Fórum Permanente Fora Lixo (FPFL) luta pelos direitos da população desprezada nesse contexto urbano. Como salienta Cardoso (2008), a precariedade nas cidades brasileiras é uma questão relacionada a políticas excludentes que os movimentos sociais buscam denunciar.

Analicamente, os estudos sobre movimentos sociais no Brasil priorizaram, até o final da década de 1980, a abordagem determinista-economicista, estritamente material, e, posteriormente, uma abordagem centrada no conceito de identidade coletiva, dependente esta do sentido que a coletividade atribuiu à ação. Ambas as abordagens foram reestruturadas no debate internacional, a partir da década de 1990, evidenciando-se as dimensões cultural e subjetiva. Segundo alguns autores, nesse momento no Brasil o debate sobre movimentos sociais deu lugar aos desdobramentos acerca da participação social e da organização da sociedade civil, tendo pouco acompanhado, portanto, as possibilidades de considerar as transformações dos movimentos sociais urbanos e suas interpretações segundo uma dimensão simbólico-cultural. (SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2015). Seguindo os autores, interessa-nos estabelecer sentido simbólico-cultural do movimento, bem como enquadrar envolvimento subjetivos e interesses políticos dos agentes que compartilham a ação coletiva.

A partir dessa abordagem interpretativa, o foco da análise é a atribuição de sentido, o que por sua vez relaciona-se com o campo discursivo, posto que os atores envolvidos procuram enquadrar a situação e conformar a realidade de acordo com suas ideologias, percepções, interesses e emoções. E, não obstante as subjetividades, há um fato objetivo: o sofrimento é real, assim como a revolta da população.

## **2 | ENQUADRANDO O LIXÃO DE MARITUBA**

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, referenciada na Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, deveria ser marco fundamental para orientar a instalação e a operação de projetos de aterros sanitários para o tratamento de resíduos sólidos. O Licenciamento Ambiental para empreendimentos desse tipo, por sua vez, é um instrumento da Política

---

1. Lei No 10.257, de 10 de julho de 2001.



Nacional de Meio Ambiente, estabelecida pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que tem como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida humana. Contudo, o chamado “Aterro Sanitário de Marituba”, licenciado em 2015, não segue estes preceitos legais e opera hoje exibindo evidentes irregularidades ambientais e sociais. O FPFL tem denunciado a forma irregular pela qual as empresas vêm gerenciando o tratamento dos resíduos sólidos da Região Metropolitana de Belém- RMB e exercido importante pressão popular.

De fato, pelo menos duas questões carecem de esclarecimento quando da autorização da licença operacional para o empreendimento: (i) a área escolhida: “o empreendimento está em local errado, não tem onde lançar os efluentes”, afirma um militante do FPFL; “não pode haver um aterro sanitário, ou lixão, a menos de 3 quilômetros de uma unidade de conservação”, diz outro militante; (ii) a incapacidade estrutural da empresa para lidar com o montante de resíduos a ser tratado, da ordem de 2.000 toneladas diárias. “A empresa não tem condições de tratar o volume de chorume produzido, que ultrapassa 200.000 metros cúbicos diários”, estima uma solitária vereadora do município de Marituba, crítica do empreendimento: “Se não fosse nossa grita eles estariam jogando no rio Guamá, e ainda querem”.

O aterro sanitário foi implantado em 2015 para tratar os resíduos sólidos de Belém, Ananindeua, Marituba e demais municípios da Região Metropolitana de Belém, e é operado pela Guamá Tratamento de Resíduos Ltda<sup>2</sup>. Todavia, em função das irregularidades, denunciadas principalmente pelo FPFL, a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS do Estado do Pará notificou, em março de 2017, a empresa em 25 itens em desacordo com as normas ambientais. À essa notificação seguiu-se uma série de outros relatórios questionando as condições do empreendimento. Contudo, medidas realmente efetivas para solucionar o problema não são tomadas pelos poderes municipais e estaduais responsáveis, de modo que o drama da população que vive nas redondezas do lixão, sofrendo com o forte odor e a poluição de cursos de água, persiste.

Situada na Região Metropolitana de Belém (RMB), conurbada à capital do estado e atravessada pela BR 316, onde ocorrem frequentes acidentes fatais, Marituba é uma localidade muito desfavorecida. Oferece poucos empregos e funciona como município-dormitório de Belém. Com alta densidade demográfica, Marituba, tem 77,2% da sua população concentrada em aglomerados subnormais, a mais alta proporção do país, segundo o IBGE<sup>3</sup>. Não bastassem esses problemas, em 2015 autoridades do governo estadual e dos municípios decidiram depositar ali o lixo da RMB, numa área situada entre o centro urbano do município, hoje com 120 mil habitantes, e a unidade de conservação Refúgio da Vida Selvagem, em virtude da desativação do lixão do Aurá, fechado em 2014 para cumprir a Lei Nacional de Resíduos Sólidos.

2. Empresa pertence à Solvi Participações S/A, acionista majoritária da Revita Engenharia e da Vega.

3. Censo Demográfico, IBGE, 2010.

Uma das formas da luta é a denúncia, que segue perguntas sem respostas por parte dos governos estadual e municipais. O empreendimento foi localizado em local errado? Por que a anunciada central de processamento e tratamento de resíduos de Marituba na verdade se efetivou como um lixão? E os 2.000 ex-catadores do Aurá, aos quais foi prometida uma central de triagem dentro do antigo lixão, por que foram abandonados à própria sorte, literalmente passando fome? E qual a razão do desprezo dedicado aos mais de 500 quilombolas do Abacatal, criminosamente prejudicados pela poluição do igarapé Uriboça, contaminado de chorume. Além disso, a população de Marituba, que sente cotidianamente os efeitos de um lixão em plena decomposição, outras comunidades são afetadas, sendo obrigadas a alterar radicalmente os modos como interagem com o meio ambiente. Diante desse cenário de perdas e violações, o FPFL organizou-se como enfrentamento diante do lixão. Sua mobilização tem centrado esforços sobre o direito de permanência digna e manutenção de laços sociais criados a partir da vivência com o lugar, a sobrevivência dos rios e áreas de convivência comum. Tudo isso está relacionado à discussão sobre a desinstalação do lixão. A mobilização social é a principal fonte dos avanços nesses sentidos.

### 3 | UMA AÇÃO COLETIVA CONTRA O LIXÃO E EM FAVOR DO LUGAR

Aliteratura sobre movimentos sociais, sobretudo a partir da década de 1990, reafirmou, também no Brasil, a importância da ação coletiva como instrumento de insurgência, ante as violações do interesse público. O debate que se abriu realocou a dimensão subjetiva na construção da retórica sobre a ação coletiva, subjetividade até então renegada na tradição materialista. Tratou-se de uma tentativa de superar a dicotomia materialidade/subjetividade nas apreensões feitas em torno da ação coletiva

Sociedades pós-materialistas, pós-industriais, pós-afluentas, baseadas na informação, constituem arranjos estruturais que criam, exatamente nessa ordem, novas formas de estratificação, novos grupos de conflito, novos padrões de dominação e novas percepções dos objetivos e interesses (ALEXANDER, 1997, p. 9).

Os métodos interpretativos de que fala Alexander (1997) pressupõem uma ampliação da análise epistemológica, social e política das ações coletivas. Numa sociedade que tende a regular a exclusão social como forma de reduzir as possibilidades de emancipação social, as interpretações necessitam considerar aspectos subjetivos que resistem ao domínio capitalista. Trata-se de considerar os aspectos subjetivos essenciais para o reconhecimento das especificidades dos lugares e dos modos de vida.

---

4. Considerando que a região abriga O Refúgio de Vida Silvestre (REVIS), área de proteção integral, composta por ecossistemas aquáticos (6,5%), de terra firme (25, 7%) e várzeas (67,8%); o Rio Uriboça, elemento aquático de suma importância para a população de Marituba, que recorta parte significativa do município, percorrendo também adjacências, como a Comunidade Quilombola de Abacatal, localizada no município de Ananindeua, que, anteriormente à contaminação do rio pelo chorume advindo do lixão, fazia intenso uso das águas do rio para fins de abastecimento das casas.

Mais do que reivindicar uma redistribuição, os movimentos contemporâneos de protesto concentram-se nos códigos, no conhecimento e na linguagem. O conflito baseado na opressão torna-se simbólico, e sua análise requer métodos interpretativos, não somente modelos explicativos (ALEXANDER, 1997, p. 9).

Os movimentos sociais urbanos têm dedicado suas ações às denúncias da precarização das condições de vida na cidade, e, igualmente, à defesa do lugar onde estão fortalecidas as relações sociais de reprodução da vida ampliada. A luta contra o lixo é uma luta pelo lugar. Os moradores de Marituba se engajam nas manifestações porque se sentem diretamente ofendidos no seu elementar direito de respirar, de beber uma água não contaminada e de comer alimentos que produzem nos seus sítios, posto que também contaminados. Para estes moradores, não se trata de encaminhar interesses políticos indiretos ou de combater contra o sistema maior que produz iniquidades. Os moradores lutam para humanizar o cotidiano no lugar onde vivem. Esse é um dos ângulos de visão sobre o movimento contra o lixo entre outros que compõem as possibilidades de emoldurar essa ação coletiva:

[...] a interpretação sociológica das interações sociais proposta por Goffman leva em consideração o envolvimento subjetivo do ator nas situações que conformam sua “realidade” cotidiana como os princípios de organização que governam os acontecimentos e condicionam os envoltimentos subjetivos individuais. Supõe, portanto, uma abordagem indissociável de indivíduo e sociedade (SILVA; CONTANDA; PEREIRA, 2015, p. 147).

Essa é uma das perspectivas que fundamentam o FPFL: a defesa do lugar pelos moradores que perderam seu cotidiano. Em outras palavras e formulando essa realidade de outra maneira, os moradores se mobilizam contra a injustiça ambiental a que estão submetidos, e denunciam a “ambientalização da exclusão” (ACSERALD, 2013).

Ao longo do tempo, a oposição à instalação do aterro sanitário, que já dura 5 anos, dado que o processo começou em 2013, foi atraindo e arrastando outros atores individuais e institucionais. No começo, houve manifestações contrárias de um empresário que mantém um restaurante rural nas imediações e anteviu o problema, que hoje prejudica seu negócio. Na medida em que o péssimo odor foi se instalando em Marituba e imediações, em função do acúmulo de chorume – também chamado “percolato”, líquido altamente poluente proveniente da matéria orgânica em decomposição – que atualmente integrantes do FPFL estimam entre 200.000 e 300.000 metros cúbicos, o movimento contrário ganhou a adesão popular e, em virtude das manifestações, foi ganhando corpo e desenvolvendo. De fato, o FPFL iniciou articulações mobilizadoras a partir de 2017, de acordo com militantes entrevistados<sup>5</sup>.

---

5. Entrevistas realizadas em janeiro, fevereiro e março de 2018, no âmbito do Projeto de Pesquisa e Extensão Observatório de Conflitos Urbanos de Belém, com integrantes do FPFL.

Começamos a organizar mais os meios de divulgação, as reuniões começaram a ter como finalidade os bairros mais afetados em torno do lixão [...]. Outras pessoas já tinham participado de movimentos sociais em Marituba, e aí a gente começou a organizar melhor as ideias, as ações, e aí o movimento foi criando uma identidade, foi criando corpo [...]. (ENTREVISTA, 2018)

A Universidade Federal do Pará (UFPA), por sua vez, se integrou ao movimento apenas em 2018, mediante a promoção de um seminário que teve grande afluência de público. Presentemente, a Faculdade de Engenharia Sanitária e Ambiental, que se propõe a avaliar tecnicamente as dimensões do problema e eventualmente propor soluções, e o Curso de Jornalismo da UFPA, que se propõe a trabalhar a comunicação social do FPFL, expressam disposição para compor a ação coletiva, com foco principalmente em “o que fazer?”. O papel da universidade nessa ação compartilhada será retomado mais adiante nesse artigo.

Os impactos causados pelo lixão passaram a se fazer sentir dramaticamente no meio ambiente e na saúde humana, ao ponto de o município de Marituba declarar Estado de Calamidade Pública<sup>6</sup>. Esse quadro já calamitoso tem potencial de agravamento, em razão da possibilidade de transbordamento das bacias de chorume. Essa situação e as mobilizações realizadas pelo FPFL trouxeram o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) para o centro do problema. Contudo, a atuação do MPPA e da Justiça de maneira geral é também motivo de controvérsias. Recentemente, um jornal local veiculou a acusação de prevaricação feita por uma juíza da Vara Criminal de Marituba à promotora de justiça que determinou a prisão de dois diretores e um funcionário da empresa responsável pelo aterro sanitário – formalmente: Central de Processamento e Tratamento de Resíduos (CPTR). O MPPA emitiu nota de esclarecimento, mas de toda maneira instalou-se um tumulto processual e a população não entende por que, até agora, apenas a empresa foi responsabilizada, enquanto os grupos políticos que governam os municípios e o estado se mantêm isentos de responsabilização criminal. Militantes do FPFL desconfiam que o objetivo destes grupos é o engavetamento do processo.

A população de Marituba associa os governantes às irregularidades do aterro sanitário. Em 22 de março de 2017, Dia Mundial da Água, mobilizados através de chamadas pelos bairros, com a ajuda da Igreja Católica, especificamente a paróquia Menino Deus, além de outros canais de divulgação, o movimento reuniu cerca de 50 mil pessoas nas proximidades da BR 316, Km 17.

---

6. Decreto Nº 508, de 20 de março de 2017. Disponível em: <http://www.marituba.pa.gov.br/site/wp-content/uploads/2017/03/Decreto-508-17-Calamidade-P%C3%BAblica.pdf>



Foto 1: 1ª Manifestação Pública FÓRUM PERMANENTE FORA LIXÃO

Foto: Ricardo Amanajás/Diário do Pará, 2017.

O movimento ganhou repercussão com essa manifestação, e reforçou ainda mais sua agenda de reivindicações e exigências de penalizações aos responsáveis, empresa e governantes. Os principais processos judiciais ajuizados contra a empresa Revita são acionados pelo Ministério Público Estadual, e o posicionamento dos órgãos públicos municipais e estaduais responsáveis pela questão ambiental é exigido nesse momento. Essa mobilização determinou ainda a necessidade da produção, por parte do FPFL, de provas capazes de atestar a concretude dos problemas causados pelo lixo à população, para, então, adentrar o embate jurídico, bem como de um trabalho de base nas comunidades para discutir a problemática do lixo para além daquela que estava posta e se fazia emergencial, qual seja, o forte odor e os evidentes prejuízos à saúde em muitas pessoas que habitam nas redondezas. Nesse contexto, o enfoque de caráter ambiental do problema tornou-se elemento fundamental para os encaminhamentos, posteriores.

O FPFL agrega então, de forma significativa, a pauta ambiental nas suas mobilizações, e, no dia 21 de abril de 2017, feriado nacional de Tiradentes, o segundo grande ato do movimento acontece com algumas interferências<sup>7</sup>.

7. A tentativa de ocupação da rodovia BR 316 nos perímetros que recortam o município de Marituba, o FPFL foi notificado por liminar expedida pela 5ª Vara de Justiça Federal de Belém, no dia 20 de abril de 2017, das penalidades acarretadas caso a via fosse obstruída ou ocupada de modo a dificultar a passagem. A manifestação seguiu, então, pelo acostamento da via federal em direção ao lixo.



Foto 2: 2ª Manifestação Pública FÓRUM PERMANENTE FORA LIXÃO

Foto: Ricardo Amanajás/Diário do Pará, 2017.

Embora a segunda manifestação tenha reverberado nos noticiários locais, a denúncia contra o lixão reforçada pela mobilização, o FPFL sentia o enfraquecimento provocado, segundo os entrevistados, pela marginalização, ameaças e monitoramento ostensivo das atividades do movimento:

[...] E aí a polícia passou a monitorar todo mundo, queriam saber quem era os principais cabeças. Quando você participar de movimentos sociais e tem essas atitudes, você precisa ter um pouco de cuidado, a gente passou a ser grampeado pela polícia, todas as pessoas do movimento, e tivemos que mudar nossa forma de nos organizar (ENTREVISTA, 2018).

Os funcionários da prefeitura e do governo estadual são constrangidos a não participarem do movimento. Um integrante do FPFL afirma:

“Muita gente foi marginalizada no seu trabalho por ter relação com movimento contra o lixão, e tinham medo de serem demitidas. E por isso foram saindo, não tinham tempo para participar das reuniões, só ficou quem tinha tempo, e a gente entende quem as pessoas tem família, é difícil se manter no movimento, tem que se dedicar” (ENTREVISTA, 2018).

As ações promovidas pelo FPFL imediatamente priorizaram a manifestação em vias públicas. Além da repercussão que esse tipo de ação produz, é importante destacar a função sociopolítica que esses movimentos sociais urbanos cumprem nos espaços públicos, ou seja, a tomada do lugar como meio contestador. A luta pelo lugar tem a perspectiva política do direito à cidade (SANTOS, 2013).

## 4 | DESDOBRAMENTOS E ALCANCES: PERCURSOS DA AÇÃO COLETIVA

A manutenção do FPFL e o diálogo com outros atores da sociedade incidiram diretamente nos desdobramentos de outras ações necessárias para o fortalecimento, reconhecimento e das questões em voga. Essa cooperação com outros agentes é indispensável no momento político que o país atravessa, em que as forças contrárias aos movimentos sociais ganham cada vez mais força, bem como os instrumentos para a criminalização e punição. Nesse contexto, a atuação dos movimentos sociais é limitada por obstruções institucionalizadas, que impedem o engajamento de funcionários públicos, por exemplo. O movimento necessita, portanto, de estratégias para sua sobrevivência e ampliação.

A gente depende da força, da solidariedade, da humanidade dos acadêmicos, da população, dos movimentos sociais que lutam em defesa da vida e da dignidade humana por que a verdade é que Marituba vai se tornar uma cidade-fantasma por que as pessoas estão indo embora, mas nem todas podem ir. (ENTREVISTA, 2018).

Nesse sentido, os esforços do FPFL passaram a concentrar-se na interface com outros agentes mobilizadores, a partir de quatro eixos, conforme quadro abaixo:

Eixos	Meios	Resultados
Defesa da vida e do lugar	Retórica que converge para a noção de pertença, de direito a dignidade humana, e estratégias de reprodução social elaboradas a partir da vivência com o lugar.	Exigência, por parte do FPFL, não apenas da desativação do lixão, e indenizações cabíveis, mas ainda de uma discussão sobre como determinados empreendimentos conseguem instalar-se sem cumprir com padrões mínimos de segurança, com eminente ameaça a vida de populações.
Educação Ambiental	Bairros, escolas, paróquias, movimentações culturais; informativos e material de comunicação visual.	Conscientização ambiental por parte das comunidades de Marituba, e exigência de soluções sobre o lixão que estejam de acordo com as normas legais de proteção ambiental.
Parcerias	Rádios comunitárias; Igreja; grupos científicos da Universidade Federal do Pará; mídia alternativa (blogs e jornais impressos)	Ampla divulgação da situação do lixão, e da problemática ambiental como uma questão da Região Metropolitana de Belém. <sup>8</sup>
Ações criminais ajuizadas	Quatro Processos Judiciais em Trâmite	Prisões Preventivas decretadas, dezembro de 2017, por crime ambiental: Lucas Rodrigo Feltre, Lucas Dantas Pinheiro e Diego Nicoletti (Diretores da Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.)

Quadro 1: Eixos trabalhados pelo Fórum Permanente Fora Lixão

Fonte: elaboração dos autores com base nas entrevistas, 2018.

8. Os entrevistados ressaltam que essa tentativa ainda esbarra em muitos obstáculos. De maneira geral, o problema do lixão ainda é tratado pela mídia como uma questão localizada ao município de Marituba. Embora a cidade de Belém, e sua região metropolitana, seja palco de diversas lutas sobre as condições de vida, os movimentos atuam a partir de suas demandas específicas, sem considerar as contradições urbanas numa cadeia de ações excludentes programadas.

Essas frentes de atuação preconizam, sobretudo, a intercomunicação do movimento e a participação da sociedade civil na esfera pública, de modo que a discussão e as tomadas de decisões sobre o crime ambiental cometido com a instalação do lixão sejam dialogadas com a comunidade. O FPFL busca forçar o diálogo entre poder público e sociedade civil. As audiências públicas, por exemplo, são, segundo o FPFL, essenciais e de reconhecida importância para o movimento, justamente por permitir a manifestação das subjetividades, posto que nesses eventos as pessoas extravasam sentimentos e falam de si, do seu cotidiano prejudicado pelo desastre que o lixão representa. Nesses espaços de fala e extravasamento popular, o movimento ganha emoção e reforça seu valor moral. As pessoas que participam se aproximam uma das outras, a luta ganha conteúdos afetivos e a ação coletiva se fortalece. Esse contato direto entre as pessoas leva a um auto reconhecimento. Segundo um dos integrantes do FPFL, “lutamos pelo direito de ser gente, pelo direito de respirar”.

A busca por apoios e visibilidade levou o FPFL a promover, em 29 de março de 2018, em cooperação com a Universidade Federal do Pará, através do Observatório de Conflitos Urbanos de Belém, o seminário “Lixão de Marituba: o que fazer?”. O seminário envolveu entre seus participantes, professores, técnicos e alunos da graduação e da pós-graduação de diversas áreas, da Engenharia Sanitária às Ciências Jurídicas e Sociais. Também participaram dos debates vereadoras de Marituba, Ananindeua e Belém, representantes do Fórum, da Unidade de Conservação de Proteção Integral Refúgio da Vida Silvestre, do Quilombo do Abacatal, de partidos políticos, da Cooperativa de Catadores do Aurá, além de muitos moradores dos municípios limítrofes. Com grande afluxo de pessoas interessadas e significativa representatividade, o seminário debateu o grave problema e concluiu pelo encaminhamento de uma carta aberta à sociedade, na qual estavam incluídas as seguintes propostas:

- a) Dar cumprimento à Lei 12.305/10, colocando em prática a política de Resíduos Sólidos;
- b) Celebrar Consórcio Metropolitano de Gestão de Resíduos Sólidos, buscando integração entre municípios da RMB;
- c) Elaborar o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos;
- d) Cuidar de reutilizar e reciclar os Resíduos. Só rejeitos iriam para o aterro;
- e) Lançar licitação em modelo de PPP (Parceria Público Privada);
- f) Fazer inclusão socioeconômica dos catadores de material reciclável e reutilizável;
- g) Efetivar implantação de coleta seletiva do lixo nos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba e Castanhal;
- h) Providenciar implantação da logística reversa;
- i) Criar mecanismos para educação ambiental da população, incentivando coleta



seletiva;

j) Encerrar e remediar os impactos do Lixão do Aurá, indenizando população por seus efeitos e respeitando a dignidade e vida das pessoas;

k) Abrir o Lixão para visitas técnicas com autoridades públicas;

l) Estreitar parceria UFPA e Fórum Permanente Fora Lixão, envolvendo novos setores da Universidade;

m) Agendar calendário de encontros, debates, troca de experiências, orientação na luta;

n) Elaborar relatórios técnicos de impactos ambientais e colocar a serviço da OAB e MPs;

o) Executar Políticas Públicas corretamente, envolvendo Saúde, Educação, Saneamento e Segurança;

p) Cuidar para que novos projetos não contaminem nossas nascentes, rios e igarapés;

q) Incluir na Revisão do Plano Diretor dos municípios da RMB o planejamento da Gestão de Resíduos Sólidos;

r) Coletar dados sobre saúde nos municípios afetados pelo Lixão;

s) Organizar um próximo seminário a ser realizado em Marituba;

t) Incluir a realidade do Lixão de Marituba nos estudos da Faculdade de Engenharia Sanitária e dos Núcleos de Pós-Graduação envolvidos com a questão ambiental como NUMA e NAEA;

u) Pensar na política de Gestão de Resíduos Sólidos também como uma política econômica, capaz de gerar riqueza;

v) Articular mais intensamente redes de instituições, divulgando calendários de debates, estudos e lutas;

w) Divulgar articuladamente pelo WhatsApp campanha para população de Belém entender que tem responsabilidade no que está acontecendo em Marituba e que pode ser também vitimada;

x) Denunciar o Lixão de Marituba como um atentado sócio-ambiental à mídia nacional e a organizações internacionais;

y) Manter mobilizado o grupo criado com o seminário no sentido de buscar soluções para o desastre presente e impedir que ele se agrave.

Algumas destas propostas já foram encaminhadas e o movimento continua com a seguinte determinação:

“Quem vai nos dizer as características dos nossos resíduos e de que forma devemos fazer à disposição final dos mesmos é o plano de gestão de resíduos sólidos. Então é primordial que esse plano seja elaborado apresentado, para

que possamos avançar e sair da condição de reféns dessa crise promovida pelos poderes públicos municipais e estaduais”.

Diante disso, há necessidade da elaboração e a efetivação do plano de gestão de resíduos sólidos, para assim, a população de Marituba recupere a sua qualidade vida e dignidade humana. Por conta disso, o movimento reivindica e luta contra essa situação calamitosa, que afeta os moradores de Marituba.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse artigo foi analisar a ação coletiva liderada pelo Fórum Permanente Fora Lixão (FPFL), um movimento popular que tem logrado conseguir adesões importantes. O problema do aterro sanitário, que funciona de fato como um lixão, e o movimento que luta pela sua retirada e pela solução do problema, revelam de forma exemplar a forma colonial e iníqua pela qual empreendimentos econômicos operam na periferia das cidades amazônicas, com a complacência dos poderes públicos, que “flexibilizam” a aplicação da lei.

A atuação do FPFL tem sido decisiva para dar visibilidade ao problema e tem conseguido agregar apoios. Uma vez que o chamado aterro sanitário afeta dramaticamente o cotidiano dos moradores de Marituba, que se sentem desumanizados até mesmo no elementar direito de respirar sem sentir o fétido cheiro que emana do lixão, procuramos atribuir o sentido fanoniano de pessoas vivendo abaixo da linha do humano. As manifestações populares nos espaços públicos, na interdição da rodovia que atravessa o município, nas audiências e nas concentrações na praça principal da cidade mostram um sentimento de indignação para com a empresa que opera o lixão e os poderes públicos que permitem esse desrespeito.

Os moradores do município sentem-se estigmatizados. O sentimento dos moradores é o de condenados ao sofrimento. Não é para menos: Marituba é uma periferia de Belém, com altos índices de desemprego e violência, com 77,2% da população habitando aglomerados subnormais, a nomenclatura utilizada pelo IBGE para denominar favelas, vários cemitérios e um lixão de onde provem doenças e mau cheiro. “Tudo de ruim é jogado em Marituba”, essa é a percepção da realidade que os moradores têm.

A luta pelo lugar, através do grito “Fora Lixão”, é outro sentido que se pode atribuir ao movimento. Os moradores tem percepção de que a responsabilidade do problema que afeta o lugar onde vivem é das autoridades, que, ao que tudo indica, procuram “engavetar” a questão. Dois diretores da empresa que opera o aterro sanitário foram presos, mas nenhum processo ainda foi aberto contra os governantes. Por isso a luta do movimento é também por visibilidade, e por alianças que permitam chamar a atenção para um sofrimento que, se não ganhar repercussão, tende a ser desconsiderado. Construir alianças em torno de um objetivo comum é o sentido da ação coletiva.

O FPFL surgiu para lutar contra uma situação desumana que afeta os moradores de Marituba. “Fora lixão” é um grito de desespero. Como a ação coletiva pode produzir alguma esperança para essa população? “O que fazer” foi o tema do seminário que o movimento promoveu em cooperação com a Universidade Federal do Pará. O seminário gerou um elenco de propostas que precisam ser encaminhadas. Encontrar soluções para o problema do lixão pode significar um divisor de águas entre uma situação de barbárie e um processo humanizador em Marituba. Em ano eleitoral, o tema do lixão estará na ordem do dia. Soluções técnicas requerem encaminhamentos políticos.

## REFERÊNCIAS

ACSERLALD, H. Cidade – Espaço Público? A economia política do consumismo nas e das cidades. **Rev. UFMG**, belo horizonte, v. 20, n.1, p.234-247, jan. /jun. 2013.

ALEXANDER, Jeffrey C. **Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil**: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. Tema discutido pelo autor na Conferência “A sociedade civil entre a diferença e a solidariedade”, proferida no XXI Encontro anual da ANPOCS, Caxambu, outubro de 1997.

CARDOSO, R. **Movimentos sociais urbanos: balanço crítico**. In: Sociedade política no Brasil pós-61 [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 313-350, 2008.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SANTOS, R. C. B. A reconquista do lugar como espaço de rebeldia e as alternativas emancipatórias. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 3, n. 1, p. 21-36, 2013.

SILVA, Marcelo Kunrath; COTANDA, Fernando Coutinho; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. **Rev. Sociol. Polít.**, v. 25, n. 61, p. 143-164, mar. 2017.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ação Coletiva 13, 14, 16, 17, 18, 21, 22, 24, 25

### B

Bioética 26, 27, 28, 29, 30, 31

### C

Comunidade 16, 22, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 49, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 91, 96

### D

Direito 7, 12, 16, 17, 20, 21, 22, 24, 41, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 55, 56, 57, 59, 61, 62, 63, 64, 69, 70, 76, 90, 92

Diversidade 74, 90, 91, 94, 95, 96

Docente 95, 99, 101, 104, 106, 107, 108, 109

### E

Emergencial 1, 2, 6, 8, 10, 19

Escola / Escolar / Escolas 8, 11, 21, 40, 41, 86, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98

Estado 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 18, 33, 35, 40, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 60, 63, 68, 69, 70, 75, 78, 80, 81, 83, 86, 87, 88, 90, 91, 94, 98

Esvaziamento Rural 32

### G

Gênero 5, 56, 84, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

### I

Infantil 79, 80, 81, 88

Irrigação 32, 33, 37, 41, 42, 44

### L

Lugar 1, 6, 13, 14, 16, 17, 20, 21, 24, 25, 47, 66, 68, 70, 71, 73, 75, 96, 97, 102, 105, 106

### M

Movimentos Sociais 13, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 25, 68, 95

### P

Pandemia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 87

Política 3, 4, 11, 12, 14, 16, 20, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 37, 39, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 56, 57, 58, 61, 63, 65, 70, 75, 90, 91, 93, 99, 110

População em Situação de Rua 4, 8, 9, 11, 12, 27, 28, 29, 30, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 64

Proteção 1, 3, 8, 22

Proteção Social 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 50

Psicologia 63, 65, 66, 67, 68, 75, 76, 77

## **R**

Resíduos 13, 14, 15, 16, 18, 21, 22, 23, 24

## **S**

Saúde 1, 2, 5, 6, 8, 10, 12, 18, 19, 23, 26, 29, 30, 31, 33, 34, 41, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 66, 71, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 84, 86, 87, 88, 89, 91, 110

Sequeiro 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 42, 43

Serviço Social 11, 99, 110

Supervisão 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108

## **T**

Tortura 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86

## **V**

Violência 24, 43, 47, 52, 65, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 92, 94, 96, 97, 98, 110

Vulnerabilidade 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 53, 56, 60, 63, 78, 80



# **Demandas Sociais do Brasil Contemporâneo**

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

**Ano 2021**



# Demandas Sociais do Brasil Contemporâneo

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2021